

Parecer nº 72/99

Data. 1999.05.12

Processo nº 550

Requerente : SOCARMAR.

Socarmar, Sociedade de Cargas e Descargas Marítimas, SA vem reclamar para a CADA da recusa parcial de documentação que havia requerido à Administração do Porto de Lisboa (APL).

A reclamação abrange a seguinte documentação:

- a) as licenças apresentadas pela Transinsular para o exercício da actividade, condição para a exploração pela concessionária, nos termos do nº 4 da cláusula 7ª do contrato de concessão de serviço público estabelecido entre a APL e a Transinsular relativamente ao Terminal de Santos, cujo acesso foi expressamente indeferido;
- b) as licenças que a Transinsular teria que obter em caso de realização de determinadas obras, de acordo com o nº 3 da cláusula 5ª do contrato de concessão, pedido que teria sido indeferido tacitamente;
- c) os documentos contendo informações que poderiam ter sido prestadas à APL, ao abrigo do nº 2 da cláusula 6ª do contrato de concessão quanto ao reapetrechamento de novos equipamentos, cuja tecnologia e padrão de qualidade devem ter em conta determinados critérios de eficiência, segurança e economia.

O Contrato de Concessão de Serviço Público respeitante ao Terminal de Santos foi outorgado entre a Administração do Porto de Lisboa (à época instituto público) e a Transinsular no ano de 1995 ainda com base num Despacho do então Ministro do Mar e de uma deliberação do Conselho de Administração da APL, de 29 de Junho de 1995.

O contrato conferiu o direito de exploração, em regime de serviço público, da actividade de movimentação de carga geral contentorizada e fraccionada nas áreas do Terminal de Santos.

Analisemos o teor da Reclamação.

Quanto aos documentos contendo informações que poderiam ter sido prestadas à APL, ao abrigo do nº 2 da cláusula 6ª do contrato de concessão, relativas ao reapetrechamento de novos equipamentos, cuja tecnologia e padrão de qualidade devem ter em conta determinados critérios de eficiência, segurança e economia, a APL expressamente afirma que não constam dos seus registos, informações fornecidas pela Transinsular, ao abrigo daquela cláusula.

Não existindo registos e documentos relativos ao pedido, não se verifica indeferimento tácito como diz a reclamante. A APL informou a reclamante de que não possuía os documentos, cumprindo assim o disposto na alínea c) do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto.

Em relação ao pedido das licenças que a Transinsular teria que obter em caso de realização de determinadas obras, de acordo com o nº 3 da cláusula 5ª do contrato de concessão, a APL não respondeu ao pedido. Neste caso, existe indeferimento tácito e, caso tais documentos existam, a APL deve facultá-los. Constituem documentos administrativos, nos termos do nº 1 alínea a) do artigo 4º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, sendo a todos acessíveis, de acordo com o princípio de que todos têm acesso à informação administrativa de carácter não nominativo (nº 2 artigo 268º da Constituição da República e nº 1 do artigo 7º da Lei de Acesso aos Documentos da Administração).

Finalmente, e quanto às licenças que deveriam ser apresentadas pela Transinsular para o exercício da actividade (condição para a exploração pela concessionária, nos termos do nº 4 da cláusula 7ª do contrato de concessão de serviço público) a APL,

instada pela CADA, veio comunicar que tais licenças respeitam ao exercício da actividade de movimentação de cargas, nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei nº 298/93, de 28 de Agosto e que estas não foram emitidas por não ter sido publicada a necessária regulamentação. O que significa que a APL vem dizer à CADA que tais licenças ainda não existem (atente-se que o primeiro argumento apresentado pela APL à Socarmar para indeferir o pedido foi o da salvaguarda da vida interna de empresa, fundamento que não colhe, neste caso, face ao regime da LADA). E se tais licenças não existem, como a APL veio a confirmar formalmente, não existe qualquer direito de acesso. Sublinhe-se, no entanto, que desde o início, a APL deveria ter informado a Socarmar sobre a não existência dos documentos.

Neste termos, a CADA :

- a) emite Parecer favorável ao acesso pela Socarmar às licenças que a Transinsular teria que obter em caso de realização de determinadas obras, de acordo com o nº 3 da cláusula 5ª do contrato de concessão, caso estas existam;
- b) considera como documentos administrativos, para efeitos do nº 1, alínea a) do artigo 4º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, a restante documentação solicitada pela Socarmar;
- c) desatende, contudo, a reclamação da Socarmar quanto aos pedidos relativos à documentação referida no nº 4 da cláusula 7ª e no nº 2 da cláusula 6ª na medida em que a APL não detém tais informações.

Lisboa, 12 de Maio de 1999

João Labescat (Relator) - Narana Coissoró - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - (Tem voto de conformidade do Sr. Dr. Gameiro dos Santos, que não assina por já não estar presente) Branca do Amaral - Castro Martins (Presidente)